

... Cadernos :: edição: 2004 - Nº 23 > Editorial > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**

## **"A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva"**

**David Rodrigues**

Os esforços para a construção de uma educação inclusiva têm-se centrado na maioria dos países na educação básica. No entanto, o facto do acesso ao Ensino Superior estar cada vez mais possível para mais jovens, o facto da formação universitária ser cada vez mais essencial para obter uma formação profissional e emprego e ainda ao facto das instituições de ensino superior integrarem o ensino público, implica que actualmente se equacione o carácter inclusivo da Universidade sobretudo para jovens com condições de deficiência. Neste artigo discute-se a questão do acesso e do sucesso na Universidade em relação a jovens com condições de deficiência e, tal como se verifica noutros níveis de ensino, discutem-se as dimensões de mudança que as Universidades terão que enfrentar para que a qualidade não signifique exclusão.

Palavras-chave: Inclusão, possibilidades, universidade inclusiva.

### 1. Introdução

Há 25 anos o tema da actualidade em Educação Especial era a reflexão sobre as possibilidades e as metodologias de integração de alunos com necessidades educativas especiais na educação pré-primária e primária (COSTA e RODRIGUES, 1999). Hoje, como reflexo dos avanços que se foram verificando nos diferentes graus de ensino estamos a reflectir sobre a Integração/Inclusão de estudantes com Necessidades Especiais (NE) na Universidade. Este assunto apesar de estar há muito tempo presente nas preocupações de muitas pessoas tem sido entendido numa óptica pessoal quer por alunos quer por professores. Um professor universitário, meu colega dizia-me uma vez que tinha alunos com deficiências motoras nas suas aulas e que a sua reacção era de enorme embaraço sobre as formas de se relacionar, ensinar e avaliar estes alunos. Optava assim por passar estes alunos baixando – escandalosamente na opinião dos restantes alunos – as exigências da avaliação. Assim tinha a certeza que não os voltaria a ver nas suas aulas... Estamos agora em condições de reflectir sobre o processo de Inclusão na Universidade sem o considerar um problema a ser resolvido no foro individual.

O debate sobre este tema é pois a tentativa de discutir os entendimentos de uma inclusão que não seja feita em termos voluntaristas e semi-clandestinos mas pelo contrário que se assuma como política social e educativa. No momento em que se estabelece como política prioritária de educação de alunos com necessidades especiais a dinamização de uma perspectiva inclusiva, é altura de – sabendo que as Universidades fazem parte do sistema educativo – reflectir sobre de que forma a perspectiva de educação inclusiva pode ser desenvolvida na Universidade. A Universidade, ainda que com as suas idiossincrasias próprias, terá que reflectir "à luz do dia" sobre as suas dificuldades pedagógicas e de consumação de uma política inclusiva. Como diz o adágio popular "o pior cego é mesmo o que não quer ver" e a criação de Gabinetes de Apoio ao Estudante Deficiente em várias Universidades mostram que a atitude é a de encarar corajosamente os seus valores e práticas em relação à Inclusão (UNESCO, 1996)

### 2. Inclusão e Igualdade de Oportunidades

O conceito de Inclusão tem sido exaustivamente tratado na literatura especializada. Em termos genéricos considera-se que o conceito de "Inclusão", vulgarizado a partir da conferência da Unesco em Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994), representa uma evolução face ao conceito de "Integração" na medida em que a Inclusão significa um modelo de pertença total à instituição enquanto que a Integração se refere à adaptação a uma instituição inicialmente estranha. Persistem, no entanto, um conjunto de ideias feitas sobre estes processos que são usadas com pouca vigilância e com uma simplificação exagerada. Considera-se assim que as condições de sucesso da Inclusão estão sobretudo situadas nas capacidades individuais da pessoa, isto é o seu nível dependeria sobretudo da maior ou menor capacidade adaptativa do indivíduo. Outras perspectivas, por outro lado, consideram que a simples existência de condições favoráveis do envolvimento para a Inclusão é o factor determinante para que ela se faça com sucesso. Nem uma posição nem outra correspondem à realidade: o processo de Inclusão é determinado pela interacção entre as variáveis individuais e as do envolvimento. Ninguém é aceite só pelas suas capacidades individuais nem contra as suas capacidades individuais, só pelas características do meio nem contra as características do meio. O processo de Integração/Inclusão é pois um processo interactivo e dinâmico resultante da influência mútua de múltiplos factores (RODRIGUES, 1986)

A característica dinâmica do processo verifica-se na medida em que procura sistematicamente

novos equilíbrios, novas formulações em função da mutabilidade dos ambientes em que se processa. Estar incluído não é um valor estabelecido e adquirido: é sobretudo possuir e dominar alguns instrumentos que permitem a relação com comunidades específicas.

A relação do estudante com NE com a Universidade é pois um processo interactivo em que se devem considerar conjuntamente as suas características e as solicitações, recursos e possibilidades das Universidades. Esta relação encontra-se no entanto, condicionada pelo reconhecimento de direitos da pessoa com NE. Classicamente consideram-se três direitos "educacionais" (HEGARTY, 1994): a) o direito à educação – a Universidade como já dissemos faz parte do sistema educativo, b) o direito à igualdade de oportunidades – isto é o direito de usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência e c) o direito à participação social – consubstanciado no direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade.

Gostaria de chamar a atenção para o facto de o reconhecimento do direito à igualdade de oportunidades implicar o cenário de diferença de tratamento. Não se pode assegurar a igualdade de oportunidades sem diferenciar o tratamento dado que se torna óbvio que um tratamento por mais inócuo, normalizado e impessoal que pareça favorece alguns grupos prejudicando inevitavelmente outros.

Assim, se a Universidade quer assegurar o direito à educação e à igualdade de oportunidades terá que reflectir sobre as condições de acesso e de sucesso que é capaz de dar aos seus alunos.

### 3. O acesso

Entendemos por acesso, no âmbito que agora tratamos, o conjunto de possibilidades específicas que permitem ao estudante com NE frequentar e relacionar-se com a comunidade académica.

O campo do acesso é um dos campos em que se tem verificado uma maior evolução nos tempos mais recentes. Tanto em Portugal (dec-lei 189/92 de 9 de Março e 403/98 de 11 de Julho) como no Brasil existem normativos em que explicitamente são criadas condições especiais de acesso para os estudantes com NE. Independentemente de se considerar que alguns aspectos poderiam ser melhorados, esta legislação tem sido uma instância compensatória "de discriminação positiva" para muitos estudantes com NE.

Por outro lado existem progressos em áreas que têm igualmente importância para o acesso de estudantes com deficiência: por um lado as iniciativas que pretendem estabelecer bases para um acesso não discriminativo às Tecnologias da Informação e Comunicação, por outro lado a iniciativa que cria "sites" de excelente qualidade que tornam acessível um enorme quantidade de informação essencial sobre acessibilidade.

O acesso não está no entanto resolvido. Penso mesmo que será um item permanente da luta por melhor qualidade de vida e por condições de cidadania para toda a população. Só alguns exemplos: apesar da legislação recentemente aprovada sobre barreiras arquitectónicas (Dec-Lei 127/97 de 22 de Maio) o certo é que as nossas cidades e povoações continuam e continuarão a ser verdadeiros quebra cabeças de barreiras arquitectónicas (que são, como se sabe, uma expressão física das barreiras sociais, culturais e de discriminação económica). As barreiras arquitectónicas têm que ser vistas não como um conjunto de rampas e medidas a serem respeitadas mas como uma filosofia geral de acolhimento, conforto e facilidade em todas as dependências dos edifícios. (Talvez fosse interessante que os conceptores de edifícios vivessem eles próprios a situação formativa de carência de acessibilidade, como experiência tendente a melhorar as soluções que propõem).

Outro aspecto ainda importante da acessibilidade física diz respeito à dignidade com que têm de ser concebidas. Lembro a história de um director de uma faculdade de que quando questionado sobre a inacessibilidade da sua escola a cadeiras de rodas, desmentia categoricamente dizendo que as pessoas com cadeiras de rodas poderiam entrar na escola através das portas da cantina...

Ainda no capítulo da acessibilidade física seria importante reflectirmos sobre a carga de esforço que é solicitada a pessoas com mobilidade reduzida para chegarem à escola, percorrem os longos corredores, mudarem de salas, deslocarem-se à cantina, etc. etc. Ainda que muitas vezes possíveis estas actividades tomam-se na prática impossíveis dado que se exige à pessoa com mobilidade reduzida, para além de todas as capacidades que se exigem aos outros estudantes uma condição física digna de atletas de alta competição. Mais uma vez este facto não contribui para uma igualdade de oportunidades. Seria interessante fazer uma curva e um protocolo de esforço de pessoas com mobilidade reduzida e compará-lo com pessoas sem dificuldades de mobilidade só considerando a frequência académica.

### 4. O sucesso

A Universidade reflecte pouco sobre a pedagogia, as metodologias de ensino e sobre as causas de sucesso/insucesso dos seus alunos (referiria como exemplo e a título de excepção os colóquios sobre "Pedagogia na Universidade" e "Cursos para Docentes" organizados pela Universidade Técnica de Lisboa). A pedagogia e as metodologias de ensino são deixadas a uma hipotética arte e vocação pedagógica dos professores sendo as causas do eventual insucesso escolar assacadas ou a níveis de

ensino pré-universitários ou a factores intra-individuais do aluno. Existem docentes universitários para os quais a palavra "pedagogia" significa um nivelamento por baixo e uma desculpa para os incapazes: os bons professores são os "sabem muito" e que "investigam competentemente". Assim muitos docentes universitários aceitam a pedagogia desde que se exerça em níveis pré-universitários e elege o estudante como responsável pela sua aprendizagem desobrigando-se de mediar os conteúdos das suas disciplinas.

#### 4.1. Dificuldades

As dificuldades da Universidade para assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades e de sucesso passam sobretudo pela concepção de ensino-aprendizagem. Esta concepção tem várias dimensões:

Em primeiro lugar o processo de ensino-aprendizagem continua a ser considerado como um transferência de informação – obviamente do docente para o discente. Sabemos hoje a partir de estudos sobre a aprendizagem que a aprendizagem que é verdadeiramente significativa e enfim útil para a vida profissional e para o desenvolvimento do indivíduo não pode ser baseada numa simples transferência de informação. A aprendizagem deve ser encarada com um processo em última instância criativo em que as representações, os paradigmas de conhecimento que o indivíduo tem sobre um dado objecto de conhecimento vão sendo alterados, reformulados ao longo do processo de aprendizagem (Larsen, 1995). A aprendizagem é assim um processo pessoal, permanente e dinâmico que não se coaduna com uma semana sem dormir para memorizar uma dada matéria que rapidamente precisamos de esquecer em larga medida para voltar a preencher com a matéria seguinte.

Em segundo lugar, a Universidade, como já foi afluído acima, atribui ao estudante a responsabilidade da aprendizagem. Por outras palavras não se aceita que o processo de ensino-aprendizagem é um processo repartido, interactivo e de responsabilidade mútua do professor e do aluno. Com a justificação da necessidade de autonomia do aluno alguns docentes tratam os estudantes todos, como se fossem investigadores, maduros e criadores. Encontramos estudantes a quem foi dito "Vá pesquisar na Internet" "tout court". Remete-se assim para os ritos iniciáticos, os recursos próprios, os conhecimentos familiares e de classe social, a possibilidade de alguns estudantes se saírem bem e, por defeito, alguns (muitos?) a saírem-se mal. A responsabilização exclusiva do estudante pela sua aprendizagem é, mais uma vez, uma dificuldade para a igualdade de oportunidades.

Uma terceira dificuldade situa-se na diversidade e diferenciação que os docentes conseguem dar ao seu programa. É considerado um valor positivo a organização clara do âmbito, dos objectivos, dos conteúdos, da avaliação e da bibliografia da disciplina. Por vezes esta organização que é em si própria positiva pode constituir um obstáculo para a diversificação de oportunidades de aprendizagem e de avaliação que os estudantes com NE podem solicitar. Assim é bom que a organização da disciplina não se tome um ritual, um pacote sacrossanto que todos os estudantes terão de passar igualmente. A este propósito os docentes europeus têm tido oportunidades de mudar as suas atitudes por exemplo através dos programas Erasmus e Socrates em que são co-validados conteúdos académicos nem sempre coincidentes ministrados em diferentes universidades. Penso que estas experiências devem levar-nos a pensar se só há mesmo uma maneira (a nossa) de adquirir e avaliar os conteúdos de uma disciplina.

#### 4.2. Possibilidades

Ainda em relação ao sucesso gostaria de realçar algumas das possibilidades que a Universidade pode aproveitar para a sua melhoria pedagógica através da Inclusão de estudantes com NE. Estas possibilidades situam-se em três domínios:

Permitir uma representação lata do campo profissional dos futuros profissionais. Muitas das dificuldades de sucesso na universidade situam-se ao nível das representações implícitas que os professores têm a respeito do campo profissional dos seus alunos. Por exemplo é possível que um professor de um curso de engenharia mecânica desenvolva uma atitude pouco positiva em relação ao sucesso do seu estudante paraplégico porque a representação profissional que ele tem de um "engenheiro mecânico" pressupõe um destreza física para acompanhar uma obra no terreno e mesmo até exemplificar a execução de tarefas específicas. Ora esta representação profissional restrita do docente para além de não corresponder à realidade (haverá dezenas senão centenas de perfis profissionais susceptíveis de serem desempenhados por um engenheiro mecânico) pode influenciar a receptividade que este docente tem ao sucesso de um aluno com NE. Assim, uma das contribuições que o estudante pode dar à Universidade, é convidá-la a reflectir sobre os diferentes perfis profissionais das suas licenciaturas. A existência de um leque alargado de perfis profissionais – conseguida através do estudo do mercado de emprego e da colocação actual de antigos alunos - é um factor de encaminhamento académico e pode mesmo alertar a universidade para áreas de formação que deveriam ser mais contempladas a nível curricular.

Um segundo aspecto diz respeito ao alerta que o estudante com NE faz para a necessidade de constituir redes de solidariedade dentro da escola. São conhecidas as críticas das mudanças relacionais nas Universidades tanto ao nível de docentes como de alunos: fala-se na falta de comunicação dos docentes, do divórcio docentes-discentes e da competição entre estudantes. Recentemente um familiar

meu que sofreu um acidente que o impossibilitará durante muito tempo de frequentar a Universidade onde era aluno, viu os seus colegas de turma estabelecerem um calendário que permite que todos os dias um elemento da turma vá ao hospital para lhe dizer o que se passou nas aulas, mostrar apontamentos e estudar com ele. O estudante com NE deu a esta universidade e aos seus colegas um oportunidade de negarem eloquentemente as ideias feitas sobre "os jovens" enunciadas por profetas ignorantes e quem sabe invejosos...

A responsabilidade da Inclusão de um estudante com NE é de toda a comunidade escolar e representa um oportunidade, um objectivo para que a universidade não caminhe para um grupo de pessoas sozinhas (RODRIGUES, 1998).

Por fim o estudante co NE é um catalisador de práticas e valores novos. Face à eloquente e visível diferença das suas possibilidades a presença deste estudante estimula a reflexão sobre os conteúdos, as metodologias, o sucesso do ensino e da aprendizagem feitas na universidade. Desta reflexão podem beneficiar muitas outras pessoas: os docentes que podem diferenciar as suas práticas docentes, os alunos com dificuldades mesmo sem deficiências identificadas e os restantes alunos que poderão com metodologias adequadas de individualização progredir ao ritmo e à dimensão das suas capacidades. A consideração das capacidades individuais dos alunos para o ensino é possível através de estratégias exequíveis de ensino personalizado, trabalho de projecto, etc.

## 5. Síntese

A Inclusão de um estudante com NE na Universidade não implica um "nivelar por baixo". Não significa mesmo que os docentes tenham que reduzir o seu nível de exigência, infantilizem os seus alunos e abdicuem de valores que consideram essenciais. É sim uma oportunidade para reflectir sobre a inevitabilidade, a correcção, as vias de acesso, as metodologias e a filosofia curricular e de preparação profissional das suas práticas (PUTMAN, 1998).

A Universidade identifica-se frequentemente com uma imagem de "reserva intelectual". Pessoalmente acredito que a Universidade não se deve banalizar e deve manter padrões de exigência, de conhecimento, de investigação elevados para poder ser uma mais valia no tecido social em que está envolvida. A Universidade não pode deixar de ser extremamente exigente com a sua qualidade. Pedir à Universidade para se banalizar para ser seguidista e elementar é desvirtuar, na minha opinião, a sua identidade.

A questão é o que é que significa para a Universidade qualidade no processo ensino-aprendizagem? Significará escolher uns poucos a que dá a sua qualidade e excluir outros a que dá o insucesso? Será isto qualidade em termos de um instituição? Será isto qualidade em termos totais e institucionais? Como defendem Nucan, George, e McCausland (2000) é necessário desafiar as visões comuns de "excelência" e questionar porque é que a exclusão, a homogeneidade e o individualismo hão-de estar relacionados com a qualidade. Talvez a qualidade, numa sociedade cada vez mais multicultural, e heterogénea e em que as pessoas "diferentes" têm cada vez mais visibilidade e poder, a verdadeira qualidade tenha que se equacionar face a valores de cooperação, inclusão, negociação e colectivo.

Cabe aqui lembrar que a resistência de uma cadeia de elos de aço é determinada pela resistência do seu elo mais fraco. Da mesma forma a velocidade de um grupo de corredores é determinada não pelos que vão à frente, nem ao meio mas sim pelos últimos.

Penso que estas são imagens adequadas para falar do que é a qualidade do processo de ensino-aprendizagem na Universidade: é a qualidade que a Universidade conseguir dar aos seus elos mais fracos e aos corredores que seguem no grupo de trás.

---

## Referências Bibliográficas

- Costa, AMB, Rodrigues, D (1999) "Special Education in Portugal", *European Journal of Special Needs Education*, 14(1), 70-89.
- Hegarty, S. (1994) "Educating children and young people with disabilities", UNESCO, Paris.
- HELIOS Programme (1996) "Enseignement Supérieur et Etudiants Handicapés – vers une politique européenne d'Intégration", *Commission Européenne DG XXII*.
- Larsen, S. (1995) "What is "quality" in the use of technology for children with learning disabilities?", *Learning Disabilities Quarterly*, (18), 118-130.
- Nucan, T., George, R., McCausland, H. (2000) "Inclusive Education in Universities: why it is important and how it might be Achieved", *International Journal of Inclusive Education*, 4, (1), 63-88.
- Putman, J. (1998) "The Movement Towards Teaching and Learning in Inclusive Schools", in JoAnne Putman (ed.) "Cooperative learning and Strategies for Inclusion", Paul Brookes, Baltimore.
- Rodrigues, D. (1986) "O Indivíduo e o Envolvimento em Educação Especial", *O Professor*, 82, 35-38
- Rodrigues, D. (1998) "Paradigma da Educação Inclusiva: reflexão sobre uma agenda possível", *Revista do Instituto de Estudos da Criança*, (no prelo).
- UNESCO (1994) "Declaração de Salamanca e Enquadramento da acção na área das Necessidades Educativas Especiais" IIE Lisboa

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2004 - Nº 23 > Editorial > Índice > [Resumo](#) > **Artigo**